



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL

Aos 07 dias do mês de junho de 2023, pelas 10:07 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da ata n.º 102;**
  2. **Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 43/XV/1.ª \(ALRAA\)](#)  
– Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), para isenção da remuneração complementar regional;  
Relator: Deputado Pedro Anastácio (PS)**
  3. **Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 49/XV/1.ª \(ALRAM\)](#)  
– Pela criação de um Regime de Mecenato para as Regiões Autónomas -  
Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais;  
Relator: Deputado Artur Soveral Andrade (PSD)**
  4. **Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 521/XV/1.ª \(PS\)](#) –  
Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos;**
  5. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP para  
audição urgente do Secretário de Estado das Finanças sobre suspensão  
de emissão de certificados de aforro da série E;**
  6. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para  
audição, com carácter de urgência, do Ministro da Finanças e do Secretário  
de Estado das Finanças, sobre a suspensão de emissão de certificados de  
aforro da série E;**
  7. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do CH para  
audição urgente do Ministro das Finanças e do Presidente do Conselho de  
Administração da Agência de Gestão de Tesouraria e Dívida Pública;**
  8. **Outros assuntos.**
-



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL

#### 1. Aprovação da ata n.º 102;

O Senhor Presidente colocou a ata supracitada a discussão. Neste sentido, tomou a palavra o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), referindo-se ao Ponto 6 da ata em questão, incidente sobre o Plano de Atividades da UTAO, pretendendo completar a sua intervenção no descritivo, propondo acrescentar, após o fragmento «um adiamento do PRR», a expressão «como política anti-cíclica», tendo também clarificado que a sua intervenção se reportava ao Programa de Estabilidade e aos seus números, por forma a densificar o que tinha sido defendido pelo Senhor Deputado na última reunião.

Não havendo mais observações, o Senhor Presidente colocou a ata referida a votação, com inclusão do que tinha sido salvaguardado *supra* pelo Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência do Grupo Parlamentar (GP) da IL, do Deputado Único Representante de Partido (DURP) PAN e DURP L.

#### 2. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 43/XV/1.ª \(ALRAA\)](#) – Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), para isenção da remuneração complementar regional; Relator: Deputado Pedro Anastácio (PS)

O Senhor Deputado Pedro Anastácio (PS) apresentou o parecer da sua autoria.

Aberta a discussão, usou da palavra o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD), que agradeceu a elaboração do parecer e cumprimentou os serviços pela nota técnica que lhe servira de base, antecipando que votaria a favor.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP da IL, DURP PAN e DURP L.

#### 3. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 49/XV/1.ª \(ALRAM\)](#) – Pela criação de um Regime de Mecenato para as Regiões Autónomas - Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais; Relator: Deputado Artur Soveral Andrade (PSD)



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Artur Soveral de Andrade (PSD) apresentou o parecer da sua autoria.

Aberta a discussão, tomou a palavra o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que agradeceu a elaboração e apresentação do parecer *sub judice*, assim como aos serviços que houveram desenvolvido a respetiva nota técnica.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP da IL, DURP PAN e DURP L.

#### **4. Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 521/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos;**

O Senhor Presidente afirmou que havia sido recebida a informação de redação final da DAPLEN e o projeto de decreto, questionando se haveria comentários às propostas efetuadas.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) sinalizou que, na proposta de decreto, tinham sido passadas para letras minúsculas as iniciais referentes à expressão «riscos climáticos e sísmicos», tanto no título como no texto da iniciativa, propondo a sua manutenção enquanto maiúsculas. Adicionalmente, sugeriu que se mantivesse a palavra original «pagamento», no n.º 1 do projeto de resolução, ao invés de «satisfação», como fora proposto pelos Serviços.

Não havendo objeções ao solicitado, o Senhor Presidente colocou a redação final da iniciativa *sub judice* a votação, incluindo o mencionado pelo Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, na ausência do GP da IL, do DURP PAN e do DURP L.

#### **5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP para audição urgente do Secretário de Estado das Finanças sobre suspensão de emissão de certificados de aforro da série E;**



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL**

O Senhor Presidente perguntou aos Senhores Deputados presentes se o requerimento contemplado no presente ponto poderia ser discutido em conjunto com os requerimentos dos pontos 6 e 7, considerando que a temática seria a mesma, ainda que as entidades a serem ouvidas não fossem totalmente coincidentes, sem prejuízo de uma votação sequencial.

Não havendo objeções, foram os três requerimentos colocados à discussão, seguindo-se a ordem de apresentação dos mesmos.

Ato contínuo, o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) começou por afirmar a relevância da matéria em contenda, assim como a necessidade de prestação de explicações por parte do Governo, que já houvera dado uma conferência de imprensa durante o fim-de-semana anterior. Neste sentido, defendeu que a Assembleia da República não deveria passar ao lado de uma temática com tanta importância, como era a da poupança dos portugueses e a relação com a própria banca. Assim, considerando que o objeto do requerimento do GP PCP teria óbvio relevo político, asseverou que a Comissão de Orçamento e Finanças (COF) deveria obter os devidos esclarecimentos.

De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), para a apresentação do requerimento do seu GP, que defendeu que existiriam questões técnicas e políticas subjacentes à situação em análise, referindo-se ao fundo da decisão do Governo, ao momento da mesma, apresentada após uma declaração de um presidente de um conselho de administração bancário e à questão da alteração dos canais de distribuição de certificados de aforro e às comissões que a República iria, ou não, pagar aos bancos para distribuírem certificados de aforro. A Senhora Deputada concluiu, defendendo que estariam reunidas as condições para se proceder à audição requerida, de cariz técnico e político.

Para expor o requerimento apresentado pelo GP CH, tomou a palavra o Senhor Deputado Rui Afonso (CH), que também mencionou a questão técnica e política subjacente à situação em causa. Neste sentido, considerou que a primeira deveria ser assegurada pelo presidente do IGCP, entidade responsável pela emissão dos títulos de dívida, reportando-se à suspensão dos títulos da série E, substituída por outra série remunerada com uma taxa mais reduzida e dotada de um período mais alargado, pretendendo saber até que ponto houvera influência do poder político no sentido de



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL**

nivelar por baixo a remuneração dos certificados de aforro, que seriam, no seu entendimento, uma importante fonte de poupança dos portugueses e de financiamento do Estado. Por sua vez, considerou que, para a questão política, deveria ser chamado o Senhor Ministro das Finanças, afirmando a existência de suspeições em torno da suspensão da emissão dos certificados de aforro da série E.

Apresentados os requerimentos, foi aberta a discussão, sendo dada a palavra ao Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que começou por salientar a relevância política do tema. Recordou que o GP PSD alertara, em diversos momentos, para os baixos níveis de poupança da sociedade portuguesa, considerando que esta situação nem sempre tinha sido acautelada por parte dos governantes. Por outro lado, afirmou que os certificados de aforro seriam uma importante fonte de financiamento do Estado, ainda que pagando mais que no mercado, defendendo que o financiamento interno, em detrimento do externo, asseguraria a independência do país e torná-lo-ia menos propenso a ajuda externa, citando o exemplo do Japão. Assim, questionou o porquê desta alteração, estando tudo a correr bem, e o nexo de causalidade entre um pedido neste sentido por parte de um dirigente do sector bancário e a concretização do mesmo no dia seguinte pelo Governo, mais defendendo que esta situação mereceria esclarecimentos por parte dos membros da tutela e da IGCP.

Em seguida, interveio o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que destacou a relevância do tema em apreço, não só para a generalidade das pessoas, mas também para gestão da dívida por parte do Estado português. O Senhor Deputado defendeu que já tinham sido prestadas declarações por parte do Governo que visaram o esclarecimento das questões suscitadas. Referindo-se à observação do Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), afirmou não haver causalidade entre declarações prestadas num dia e decisões tomadas no imediatamente subsequente, porquanto estas levariam tempo a ser preparadas e não seriam deliberadas dessa forma. Mais acrescentou que, se outro elemento fosse necessário para demonstrar que não existia nexo de causalidade, a própria fita do tempo se encarregaria de demonstrar que tal raciocínio não seria concebível. Todavia, o Senhor Deputado considerou que existia um conjunto de elementos que careceriam de esclarecimento, fazendo referência aos três requerimentos em contenda, não coincidentes, mas convergentes nessa medida. Assim, manifestou a posição do seu GP, no sentido de que competiria ao Governo



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL**

proceder aos esclarecimentos solicitados, em especial, ao Secretário de Estado que detinha as competências delegadas para esta matéria, por lidar diretamente com a mesma, adiantando que, se fosse considerado adequado num ponto de vista técnico, poderia ser ouvido o dirigente máximo da administração pública que acompanhava temática em apreço, embora considerasse desnecessária a duplicação de audições no caso da vinda de um membro do Executivo. Em conclusão, o Senhor Deputado declarou que acompanharia o requerimento do GP PCP, assim como o requerimento do GP BE na parte em que é solicitada a audição do Senhor Secretário de Estado das Finanças, adiantando que não votaria a favor do requerimento do GP CH, por considerar que não faria sentido a vinda do Senhor Ministro das Finanças quando já seria ouvido um membro do Governo, assim como do presidente do IGCP.

Após as mencionadas intervenções, o Senhor Presidente recordou que decorria da Constituição e da Lei que os Secretários de Estado não têm competências próprias, mas sim delegadas e passíveis de subdelegar. Neste sentido, afirmou que se se considerasse que é o Secretário de Estado que tem competências, deveria ser este ouvido; se se concluir que é competente o Senhor Ministro, devia o mesmo ser auscultado na Comissão, podendo fazer-se acompanhar de quem entendesse.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) lembrou a fita do tempo em 2011, quando vários presidentes do sector bancário, na mesma semana, declararam a necessidade de pedir ajuda externa, tendo esta sido solicitada pelo Primeiro-Ministro, no final da mesma, defendendo que existiriam diversas formas de pressionar as decisões políticas, mesmo que estas estivessem a ser ponderadas. Afirmou também que o presidente do IGCP já fora ouvido diversas vezes na COF, sendo titular de um cargo autónomo do Governo.

Seguidamente, também o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) asseverou que existiriam muitas maneiras de fazer pressão política e que esta tinha existido junto ao Governo, com o objetivo de acabar com os certificados de aforro da série E, tendo a mesma sido exposta, ainda que acidentalmente. Sobre quem deveria ser chamado à COF, sabendo que o Governo teria a tutela sobre o IGCP e sobre os instrumentos da dívida pública, matéria delegada no Senhor Secretário de Estado das Finanças, o Senhor Deputado informou que não se oporia aos requerimentos apresentados,



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL**

particularmente ao do BE, que chamassem também o Senhor Ministro das Finanças, devido à responsabilidade política do mesmo.

Por fim, o Senhor Deputado Rui Afonso (CH) declarou que concordaria com a votação em separado da audição do Senhor Ministro das Finanças e do presidente do IGCP, defendendo, na senda do que tinha sido referido pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que as medidas poderiam ser pensadas com antecedência, mas também as declarações o poderiam ser, e por isso, contrariamente ao afirmado pelo Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), não lhe pareceu que a declaração feita pelo presidente do Banco CTT tivesse sido inocente. Transmitiu igualmente que se deveria proceder ao escrutínio desta situação, passível de trazer consequências negativas para o Estado e para a população, assim como afirmou que seria necessário separar o aspeto técnico do político, sendo o primeiro imputável ao presidente do IGCP e o segundo ao responsável máximo da tutela, ou seja, ao Senhor Ministro das Finanças e não ao Senhor Secretário de Estado das Finanças.

Concluídas as intervenções, o Senhor Presidente colocou os requerimentos a votação, começando pelo GP PCP, seguindo a ordem de entrada, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, DURP PAN e DURP L.

De seguida, foi decomposto o requerimento do GP BE e votadas autonomamente as audições subjacentes. Assim, foi primeiramente colocada a votação a audição do Senhor Ministro das Finanças, tendo sido rejeitada com os votos contra do GP PS e os votos a favor dos demais, na ausência do GP IL, DURP PAN e DURP L, tendo sido a audição do Senhor Secretário de Estado das Finanças considerada aprovada por decorrência da votação do requerimento anterior.

O requerimento do GP CH foi igualmente decomposto, tendo sido votada, em primeiro lugar, a audição do Senhor Ministro das Finanças, a qual foi rejeitada com os votos contra do GP PS, a abstenção do GP PCP e os votos a favor dos demais, na ausência do GP IL, DURP PAN e DURP L, e em segundo lugar, a audição do presidente do IGCP, rejeitada com os votos contra do GP PS, a abstenção do GP PCP e os votos a favor dos demais, na ausência do GP IL, DURP PAN e DURP L.



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL**

- 6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição, com carácter de urgência, do Ministro da Finanças e do Secretário de Estado das Finanças, sobre a suspensão de emissão de certificados de aforro da série E;**

O presente ponto foi debatido em conjunto com os pontos 5 e 7, remetendo-se o conteúdo da discussão para o primeiro.

- 7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do CH para audição urgente do Ministro das Finanças e do Presidente do Conselho de Administração da Agência de Gestão de Tesouraria e Dívida Pública;**

O presente ponto foi debatido em conjunto com os pontos 5 e 6, remetendo-se o conteúdo da discussão para o primeiro.

### **8. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente aproveitou a discussão anterior para recordar que, previsivelmente, no dia 28 de junho, estaria aprazada a audição regimental do Senhor Ministro das Finanças, pelo que propôs a acomodação da audição do Senhor Secretário de Estado das Finanças para os dias 14 ou 21 do mesmo mês, recordando as jornadas parlamentares a ocorrer.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) destacou uma prática patente nestas audições, quando existem vários requerimentos aprovados, que seria a de que o primeiro a falar devia ser o primeiro requerente.

O Senhor Presidente concordou e afirmou que tal se encontrava plasmado no Regulamento da COF, sendo o primeiro requerente quem inicia a audição.

O Senhor Presidente informou ainda que houvera sido aprovada a Deliberação n.º 12/XV/1.ª, atinente à prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República, nos termos da qual, a partir de dia 7, as Comissões deveriam dirigir a sua atividade para a realização de eventuais especialidades ou outros trabalhos, antevendo

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL**

a possibilidade de marcação de potenciais audiências para a semana seguinte, relembrando também a última data para votações finais, no dia 19 de julho.

Sobre a Conferência Interparlamentar subordinada ao tema «O papel dos parlamentos nacionais no controlo da utilização dos fundos da UE e o plano Next Generation EU», o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) declarou que seria o Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) a participar na mesma.

Adicionalmente, o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que haveria uma incompatibilidade de calendário relativamente à reunião interparlamentar, porquanto esta se iria realizar na mesma data que as jornadas parlamentares do PS, manifestando estranheza frente à impossibilidade de participação por videoconferência, mais antecipando que prescindiria da nomeação de Senhores Deputados para a mesma.

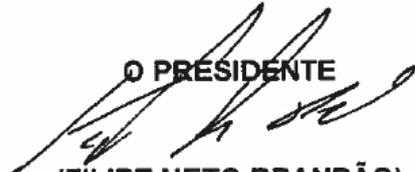
O Senhor Presidente declarou que, na impossibilidade de participação do GP PS, averiguaria junto dos demais GP da disponibilidade para participar na reunião interparlamentar, considerando a representatividade partidária e os Senhores Deputados já inscritos por parte da 6.ª Comissão.

Por fim, o Senhor Presidente aproveitou ainda para relembrar a última data para a fixação de redações finais, no dia 28 de julho, antecipando-se a hipótese de marcação da última reunião da COF para o dia 25 à tarde e para os efeitos referidos, concluindo a reunião.

A reunião foi [gravada](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 10:54 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 de junho 2023.

  
**O PRESIDENTE**  
**(FILIPE NETO BRANDÃO)**



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL**

#### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
Miguel Cabrita (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Pedro Anastácio (PS)  
Sérgio Ávila (PS)  
Vera Braz (PS)  
Alexandre Simões (PSD)  
Artur Soveral Andrade (PSD)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Patrícia Dantas (PSD)  
Rui Afonso (CH)  
João Cotrim Figueiredo (IL)  
Duarte Alves (PCP)  
Mariana Mortágua (BE)  
Diogo Cunha (PS)  
Miguel Iglésias (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
Rui Vilar (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 103/XV/ 1.ª SL**

Hugo Costa (PS)

João Barbosa De Melo (PSD)

Inês De Sousa Real (PAN)

Rui Tavares (L)

Joana Lima (PS)

Rui Paulo Sousa (CH)

Carlos Guimarães Pinto (IL)